

Termo de Notificação - TN

Processo:	PCSB/CSB/0004/2021
Nome da Fiscalização:	AF Indireta no SAA de Umirim e Localidades
Relatório de fiscalização:	RF/CSB/0006/2021

1. Identificação do Órgão Fiscalizador

Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza
Telefone:	(85) 3194-5605

2. Identificação do Notificado

Nome:	CAGECE
CNPJ:	07040108000157
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE

3. Descrição dos Fatos Apurados

Determinação:	D6(RF/CSB/006/2021)
Constatações:	<p>- Os resultados dos laudos físico-químicos e bacteriológicos, produzidos pelo Laboratório Regional da UN-BCL, provenientes de amostras coletadas, na saída do tratamento dos SAA da Sede de Umirim e da Localidade de São Joaquim, no período de julho/2020 a dezembro/2020, apresentaram as seguintes não conformidades, com os padrões de potabilidade, estabelecidos pela Portaria de Consolidação MS nº 5/2017:</p> <p>Sede</p> <p>> Cor Aparente: os meses de ago/20, set/20, out/20, nov/20 e dez/20 apresentaram, respectivamente, 97,7%, 97,3%, 96,3%, 84,8% e 98% dos resultados não conformes;</p> <p>> Turbidez (saída dos filtros): os meses de jul/20, ago/20, set/20, out/20, nov/20 e dez/20 apresentaram, respectivamente, 93,8%, 94%, 95,1%, 94,9%, 95% e 94,5% dos resultados não conformes;</p> <p>São Joaquim</p> <p>> Turbidez (saída dos filtros): os meses de jul/20, ago/20, set/20, out/20, nov/20 e dez/20 apresentaram, respectivamente, 4,2%, 8,1%, 7%, 39,9%, 43,9% e 58,1% dos resultados não conformes;</p> <p>> Coliformes Totais: o mês de dez/20 apresentou 11,1% dos resultados não conformes.</p>
Orientação:	A CAGECE deve fornecer água dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação C6.
Prazo (dias):	30
Fundamento Legal:	<p>Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.</p> <p>-</p>

Constatações:

Fundamento Legal:	Art. 3º da Res. nº 122/2009 da ARCE - A água que o PRESTADOR DE SERVIÇOS fornecer para consumo humano deverá atender integralmente aos requisitos de qualidade estabelecidos pela legislação vigente do Ministério da Saúde.
Infrações:	06.01 - Água fora do padrão de potabilidade - Fornecer água fora dos padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação.

4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador de Saneamento Básico.

5. Representante do Órgão Fiscalizador

Nome:	Geraldo Basílio Sobrinho		
Cargo/Função:	Analista de Regulação	Matricula:	49-1-X
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento		

Fortaleza, 15/04/2021	Assinatura:
Recebido em: __/__/____	
Por _____	
Identificação	Assinatura _____